

Crise no Brasil tira Clinton da cama

Washington - Reuters

FLAVIA SEKLES
Correspondente

WASHINGTON - O presidente dos Estados Unidos foi acordado ontem pela notícia da desvalorização do real, que causou um choque que dominou a pauta de administradores políticos e financeiros americanos, assustando mercados e forçando mudanças de agendas e discursos. Bill Clinton foi o primeiro a reagir à notícia, durante o início de uma reunião com membros de seu gabinete na manhã de ontem. "Nós temos um forte interesse em ver o Brasil levar adiante seu plano de reforma econômica, e ter sucesso, e nós achamos que terá", disse.

Clinton acabara de sair de uma reunião com o secretário do Tesouro, Robert Rubin, que fora informado na noite de terça-feira sobre as mudanças iminentes no Brasil. O presidente também deixou claro que todo o trabalho feito pelos EUA para evitar que a crise asiática levasse também o Brasil não será em vão: "Obviamente esperamos que a situação seja resolvida de forma satisfatória, não apenas para o povo do Brasil mas para todos os povos das Américas, e estamos trabalhando muito para garantir isso e vamos continuar".

G-7 discute crise - A declaração de Clinton e outra, feita mais tarde pelo secretário Robert Rubin, dando conta de que o governo americano está em "contato com países do G-7, Fundo Monetário Internacional e autoridades brasileiras", tiveram um efeito calmante sobre os mercados americanos. No fim da tarde, na Bolsa de Futuros de Chicago, havia fortes indicações de que investidores acreditam que a desvalorização de ontem foi suficiente para reequilibrar as taxas de juros no Brasil e reduzir a pressão na panela: segundo a agência de notícias Dow Jones, depois de muita resistência na parte da manhã, investidores voltaram a se interessar por contratos futuros do real, cobrindo posições que apostavam numa maior desvalorização.

Segundo analistas americanos, a desvalorização de ontem pode ter dois impactos, o primeiro sendo a redução nos juros, e o segundo -

muito mais importante -, a criação de um pânico político que finalmente leve o governo a forçar a aprovação de reformas fiscais pelo Congresso. Robert Hormatz, economista-chefe para assuntos internacionais do Goldman Sachs, disse ontem que "havia a impressão de que, depois do acordo com o FMI anunciado em novembro, criou-se no Brasil uma certa complacência com relação à necessidade de se fazer a reforma fiscal. O melhor impacto dessa crise seria uma mudança nessa atitude".

Bom a longo prazo - Carl Ross, da área de América Latina da Bear Stearns, disse que "no curto prazo a desvalorização parece ser um sinal de capitulação e maior incerteza, mas no longo prazo o efeito dessa política dependerá muito das ações que o governo implementará na frente fiscal".

O pacote de US\$ 41,5 bilhões, dos quais os Estados Unidos se comprometeram a contribuir com US\$ 5 bilhões, é o maior incentivo que o governo americano poderia ter para manter seu apoio ao Brasil. "Há uma diferença entre o que está acontecendo no Brasil hoje e o que aconteceu na Rússia no ano passado quando aquele governo desvalorizou e declarou moratória", disse ao **JORNAL DO BRASIL** uma fonte do governo americano. "No caso do Brasil, nosso investimento e interesse é grande."

Se o programa econômico fracassar, será péssimo para a já baixa credibilidade do governo de Clinton, defensor do Fundo Monetário Internacional, que argumentou fortemente no ano passado perante críticos da oposição a favor do aumento da cota americana na instituição internacional, conseguindo a aprovação de US\$ 18 bilhões extras no congresso. O programa do FMI para o Brasil deveria ser a estrela do que a instituição internacional pode fazer para garantir a estabilidade no novo sistema financeiro global. Segundo o analista Jose Cerritelli, da firma de investimentos especializada em mercados emergentes Gramercy Advisers LLC, "o FMI e os EUA não vão romper com o Brasil, eles estão muito juntos na cama (sic) e muito próximos do problema".



O secretário do Tesouro americano, Robert Rubin (E), em reunião com o presidente Bill Clinton: conversas com membros do G-7 sobre a crise